

Produzindo soberanias ou povos colonizados na Amazônia? Fundos socioambientais em Barcarena-Abaetetuba, Pará, Brasil

Producing sovereignties or colonized peoples in the Amazon? Socio-environmental funds in Barcarena-Abaetetuba, Pará, Brazil

¿Produciendo soberanías o pueblos colonizados en la Amazonía? Fondos socioambientales en Barcarena- Abaetetuba, Pará, Brasil

Jussara Cristina Silva de Souza

Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará – PPGSS/UFPA.
jussaracristina11@gmail.com / <http://lattes.cnpq.br/7000238298863925>

Marcel Theodoor Hazeu

Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Professor da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da UFPA. Líder do Grupo de Pesquisa Sociedade, Território e Resistências na Amazônia (GESTERRA/PPGSS/ISA/UFPA).
celzeu@gmail.com / <http://orcid.org/0000-0003-4106-0678>

Jondison Cardoso Rodrigues

Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Pós-Doutor em Desenvolvimento Regional (UNIFAP) e Geografia (UFPA).
jondisoncardosorodrigues@gmail.com / <http://orcid.org/0000-0001-6400-7445>

Recebido: 07/11/2024; Aceito: 11/03/2025; Publicado: 25/03/2025.

Resumo

A construção e implementação de fundos ambientais vem sendo considerado como um significativo instrumento para promoção de uma agenda ambiental global. A estratégia (geo)política global considera tais fundos como mecanismos de enfrentamento e resiliência as mudanças climáticas, por meio de financiamento de projetos e programas ambientais. Logicamente tais fundos ambientais também vêm sendo marcados por diversos interesses e usos: no campo econômico, político e contra-hegemônico. Os fundos comunitários amazônicos (campo contra-hegemônico), por exemplo, tornaram-se um mecanismo e uma ferramenta para fortalecer (a autonomia e) movimentos de luta e resistência os povos indígenas e comunidades tradicionais – ao mesmo tempo tornando-lhes protagonistas do combate a crises e injustiças socioambientais sistêmicas, históricas e estruturais. Outros fundos, criados por multinacionais no contexto da responsabilidade social e compensação de crimes socioambientais cometidas, mostram na prática as tensões entre autonomia, dependência, fortalecimento e divisão nas comunidades. Face a isso o objetivo do artigo é descrever e analisar a origem da criação do Fundo Sustentabilidade Hydro e do Fundo Comunitário Ambiental Barcarena-Abaetetuba, assim como os objetivos dos fundos, os grupos sociais beneficiados e os resultados já alcançados.

Palavras-chave: Amazônia; Compensação Ambiental; Fundo Ambiental; Barcarena.

Abstract

The creation and implementation of environmental funds has been considered a significant instrument for promoting a global environmental agenda. The global (geo)political strategy considers such funds as mechanisms for coping with and building resilience to climate change, through financing environmental projects and programs. Logically, such environmental funds have also been marked by diverse interests and uses: in the economic, political and counter-hegemonic fields. The Amazonian community funds (counter-hegemonic field), for example, were created as a mechanism and a tool to strengthen (the autonomy and) movements of struggle and resistance of indigenous peoples and traditional communities – at the same time making them protagonists in the fight against systemic, historical and structural socio-environmental crises and justice. Other funds, created by multinationals in the context of social responsibility and compensation for socio-environmental crimes committed, demonstrate in practice the struggle between autonomy, dependence, strengthening and division in communities. Therefore, the objective of the article is to describe and analyze the origin of the creation of the Hydro Sustainability Fund and the Barcarena-Abetetuba Environmental Community Fund, as well as the objectives of the funds, the social groups benefited and the results already achieved.

Keywords: Amazon; Environmental Compensation; Environmental Fund; Barcarena.

Resumen

La construcción e implementación de fondos ambientales ha sido considerada un instrumento importante para promover una agenda ambiental global. La estrategia (geo)política global considera dichos fondos como mecanismos de afrontamiento y resiliencia al cambio climático, mediante la financiación de proyectos y programas ambientales. Lógicamente, dichos fondos ambientales también han estado marcados por diferentes intereses y usos: en el ámbito económico, político y contrahegemónico. Los fondos comunitarios amazónicos (campo contrahegemónico), por ejemplo, crearon un mecanismo y una herramienta para fortalecer (la autonomía y) los movimientos de lucha y resistencia de los pueblos indígenas y las comunidades tradicionales, al mismo tiempo que los convertían en protagonistas de la lucha por la reforma sistémica, crisis y justicias socioambientales históricas y estructurales. Otros fondos, creados por multinacionales en el contexto de responsabilidad social y compensación por delitos socioambientales cometidos, muestran en la práctica la lucha entre autonomía, dependencia, fortalecimiento y división en las comunidades. Por tanto, el objetivo del artículo es describir y analizar el origen de la creación del Fondo de Sostenibilidad Hidroeléctrica y del Fondo Comunitario Ambiental Barcarena-Abetetuba, así como los objetivos de los fondos, los grupos sociales beneficiados y los resultados ya alcanzados.

Palabras clave: Amazonía; Compensación Ambiental; Fondo Ambiental; Barcarena.

Introdução

Os fundos ambientais vêm sendo marcados por diversos interesses e usos: no campo econômico, político e contra-hegemônico. No campo econômico, são utilizados, sobretudo, como forma de captura de investimentos, investidores, rendas (especulativamente) e venda/mercantilização da natureza (Smessaert; Missemer; Levrel, 2020), transformando-a em um ativo (“mercadoria”).

Arjaliès e Gibassier (2023) afirmam que, para o campo econômico, a partir dos defensores da financeirização da natureza (incluindo bancos, fundos soberanos e a maioria dos estados-nações), atribuir um valor monetário à natureza incentivaria os seres humanos

a protegerem os habitats, suas espécies e o planeta como um todo. Também seria uma forma de disseminar narrativas “éticas” de proteção ambiental (o protetor ambiental, mesmo com a falta de conciliação entre meio ambiente e economia). Tendo como fio condutor os “investimentos socialmente responsáveis”, que incorporam critérios éticos e morais (Reynolds; Ciplet, 2023), esses fundos são vistos como uma fonte de investimento para obter lucro, pois os investimentos ambientalmente responsáveis são percebidos principalmente como uma forma de mitigar o risco de perda de reputação e impedir a destruição do valor da imagem corporativa (além de valorizar e aumentar as ações e atrair acionistas), evitando possíveis publicidades negativas (Kish; Fairbairn, 2018) em caso de crimes ambientais.

Já no campo político, os fundos ambientais estão sendo utilizados como uma estratégia política global, um mecanismo de enfrentamento e resiliência às mudanças climáticas, por meio do financiamento de projetos e programas ambientais. Também servem para antecipar as novas infraestruturas que as mudanças climáticas exigirão (Bigger; Millington, 2020). Por fim, articulam-se com agendas ambientais conexas, como o combate ao desmatamento, que promove uma série de mudanças econômicas, sociais, climáticas e ambientais em escalas local, regional e global (Garrett et al., 2022), ao mesmo tempo em que capturam investimentos estrangeiros externos, por meio de financiamentos, empréstimos e/ou desembarques de empresas verdes.

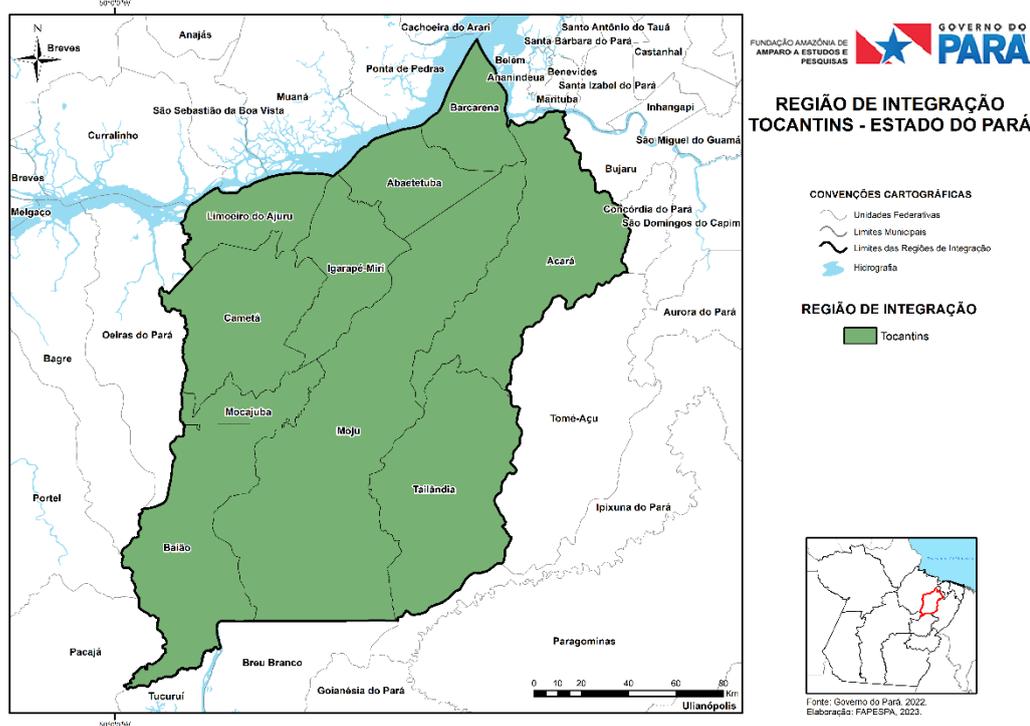
No campo contra-hegemônico, os fundos ambientais vêm sendo produzidos de diversas formas e usos. Contudo, não estão se constituindo como um mecanismo de produção de rendimento adicional, nem como uma forma de acumular capital financeiro para as gerações futuras (Novoselov et al., 2021), mas sim como fundos comunitários. Eles representam uma peça e um mecanismo ideais para: i) garantir que os povos indígenas, comunidades tradicionais e grupos vulneráveis sejam protagonistas no combate à crise climática; ii) permitir que as comunidades tradicionais tenham autonomia para continuar em seus territórios, desenvolvendo e defendendo suas territorialidades e modos de vida. Portanto, esses fundos funcionam como um método, um instrumento e uma ferramenta para fortalecer movimentos de luta e resistência de pobres, minorias, mulheres, extrativistas, indígenas, quilombolas e populações tradicionais, como as das regiões Norte e Nordeste do Brasil (Podali, 2023).

Diante disso, o objetivo deste artigo é descrever e analisar a origem da criação dos Fundos Comunitários Ambientais dos municípios de Barcarena-Abaetetuba e do Fundo Sustentabilidade Hydro, os objetivos desses fundos, os grupos sociais beneficiados e os resultados já alcançados. Tais municípios estão localizados na região norte do Brasil e ao

leste da Amazônia brasileira, na Amazônia Oriental, mais precisamente na região do Baixo Tocantins.

Esta última região é composta por dez municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Tailândia (Figura 1). A região que é (com)formada de pluralidades e diversidades amazônicas: de paisagens, culturas, crenças, espiritualidades, temporalidades, territorialidades, sabores, cheiros e povos e comunidades. É também um exemplo de resistências históricas a projetos autoritários, desenvolvimentistas e colonialistas (a Revolta da Cabanagem é um exemplo cabal) (Cardoso, Rodrigues, Sobreiro-Filho, 2022). Como também é representação de ações históricas espoliativas de complexos corporativos e do Estado brasileiro, que promoveram uma sequência continuada de desastres, crimes, violências e conflitos (Hazeu; Costa, 2022; Costa; Hazeu, 2024).

Figura 1 - Mapa de localização da região de Integração do Baixo Tocantins



Fonte: FAPESPA (2025).

O recorte temporal da pesquisa deu-se entre 2021 e 2023, durante a implantação do Fundo Barcarena-Abaetetuba, no término da dissertação da primeira autora do artigo e nas reflexões posteriores, sobretudo após o 3º Encontro da Rede de Fundos Comunitários Amazônicos, realizado em Belém, Pará, em 6 de agosto de 2023¹.

¹ O Encontro da Rede de Fundos Comunitários Amazônicos foi realizado no contexto do evento Diálogos Amazônicos. Este ocorreu entre os dias 4 e 6 de agosto de 2023, em Belém, Pará. O Diálogos

Metodologicamente, o artigo baseou-se em documentos oficiais do Fundo Sustentabilidade Hydro, no site do Fundo Barcarena-Abaetetuba e do Fundo Sustentabilidade Hydro, além de entrevistas realizadas com a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)² e os beneficiados do Fundo Barcarena-Abaetetuba. O aporte teórico é no debate sobre resistências sociais, na ecologia política e na justiça (socio)ambiental.

A importância deste artigo (e da pesquisa) não está apenas em (embora contribua para): i) preencher uma lacuna de estudos e pesquisas sobre fundos comunitários, especialmente na Amazônia; ii) mostrar que o financiamento e o fortalecimento de capacidades de iniciativas da sociedade civil na América do Sul são capazes de contribuir para as lutas anticoloniais e antirracistas, bem como para a defesa dos direitos humanos, da participação social e da justiça social; iii) evidenciar e projetar formas cotidianas de resistência; e iv) apresentar outras economias e modos de vida tradicionais amazônicos, por meio dos territórios e territorialidades, através dos projetos apoiados pelo Fundo Barcarena-Abaetetuba.

O artigo está dividido em quatro seções. A primeira seção é esta introdução, que aborda a contextualização sobre a questão dos fundos e seus diversos usos, além do caminho teórico e metodológico utilizado. A segunda seção realiza uma breve identificação, caracterização e análise de alguns fundos ambientais implantados na Amazônia brasileira, com foco nos fundos comunitários. A terceira e a quarta seções descrevem e analisam, respectivamente, o Fundo Comunitário Ambiental Barcarena-Abaetetuba e o Fundo Sustentabilidade Hydro. A última seção apresenta as considerações finais, que sistematizam e refletem sobre o Fundo Comunitário Socioambiental Barcarena-Abaetetuba e o Fundo Sustentabilidade Hydro.

Fundos ambientais implantados na Amazônia brasileira: breve identificação, caracterização e análise

Como já destacado, um dos primeiros fundos implementos no Brasil foi o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) (lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989). Inclusive é o

Amazônicos constitui um conjunto de iniciativas da sociedade civil organizada com o objetivo de pautar a formulação de novas estratégias para a região amazônica. O evento integrou a programação da Cúpula da Amazônia, e seus resultados foram apresentados por representantes da sociedade civil aos líderes reunidos na Cúpula. Essa Cúpula reúne oito países — Brasil, Bolívia, Colômbia, Guiana, Equador, Peru, Suriname e Venezuela —, além de representantes de países convidados e de organismos internacionais, incluindo a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

² A Fase é uma associação brasileira, com sede central no Rio de Janeiro. Foi fundada em 1961 e é a mais antiga ONG do Brasil em atividade. A ONG desenvolve, acompanha e apoia projetos de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo e foi a articuladora da implantação do Fundo.

mais antigo fundo ambiental da América Latina (Brasil, 2023). A criação desse fundo objetiva incentivar projetos que visassem o uso racional e sustentável de recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental no sentido de elevar a qualidade de vida da população brasileira.

Ao longo de mais de 30 anos de história, foram 1.450 projetos socioambientais apoiados, com recursos da ordem de R\$275 milhões, investidos em iniciativas de conservação e de uso sustentável dos recursos naturais. Recursos antigamente provenientes do Tesouro Nacional, de contrato de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de acordos internacionais, a exemplo do Projeto de Cooperação Técnica Brasil-Holanda, e de doações no âmbito do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais (PPG-7). Atualmente os recursos do FNMA decorrem da arrecadação de multas pelo Ibama e ICMBio, como definido no Art. 73 da Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998) (Brasil, 2023).

O FNMA incentivou diversos temas e situações: Recuperação e proteção das nascentes e áreas que margeiam os corpos d'água, Formação de Agentes Multiplicadores, Assistência Técnica e Extensão Rural, Recuperação Florestal de Áreas Alteradas e Degradadas, Educação Ambiental, Conservação e manejo florestal, Elaboração de Planos Estaduais de Recursos Hídricos na Amazônia Legal, Formação de Agentes Populares de Educação Ambiental na Agricultura Familiar, Apoio ao Cumprimento da Nova Lei Florestal por meio do Fortalecimento da Produção e Oferta de Sementes e Mudanças Nativas, Recuperação de Áreas de Preservação Permanente para produção de Água e recentemente incentivo a Iniciativas socioambientais para redução de vulnerabilidade à mudança do clima em áreas urbanas. Além de ter apoiado a criação e o fortalecimento de inúmeros fundos ambientais estaduais e municipais: em Alagoas, Bahia, Ceará, Natal, Santa Catarina, Distrito Federal, Minas Gerais, Piauí, Paraíba, Paraná, Sergipe, São Paulo, Roraima e Mato Grosso do Sul.

O FNMA é um fundo ambiental gerido pela figura do Estado brasileiro. Contudo, vem se expressando em diversas partes do planeta, diversas experiências de fundos ambientais criados, geridos e/ou alimentado por povos e comunidades tradicionais: fundos comunitários. Portanto, os fundos comunitários quebra a tutela do Estado sob comunidades e, sobretudo, contrapondo-se a projetos coloniais impositivos (de único tema), de fundos ambientais corporativos, por exemplo, sobre mudanças climáticas (iniciativas neoliberais de governança ambiental) (Dunlap, 2023; Rodrigues, 2024): Pagamentos por Serviços Ecossistêmicos, o programa das Nações Unidas para a Redução

de Emissões por Desflorestação e Degradação Florestal em Países em Desenvolvimento e compensação de carbono-biodiversidade, os chamados REDD (Dunlap, Sullivan, 2020).

Na Amazônia historicamente vem sendo implantada uma série de medidas ou políticas ambientais, em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento; e, também de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal. O Fundo Amazônia³, por exemplo, tornou-se o mais conhecido por séries de apoios financeiros de diversos países, em 2023⁴. Desde sua criação, 102 projetos foram apoiados pelo Fundo Amazônia, com R\$ 1,8 bilhões em valor total de apoio contratado, dos quais R\$ 1,5 bilhões desembolsados até o fim de 2022. Dessas iniciativas, 70 já foram concluídas e 42 continuam em andamento (BNDES, 2023).

Os resultados foram muito positivos do Fundo Amazônia: i) de apoio a ações de produção sustentáveis e agroecológicas; ii) gestão ambiental e territorial de comunidades e povos tradicionais e indígenas, fortalecimento de Associações em Áreas de Assentamento; iii) produção de Cartografia Social de comunidades e povos tradicionais; iv) Economia de Base Florestal Sustentável; v) Fortalecimento do Controle e do Monitoramento Ambiental para o Combate ao Desmatamento Ilegal; vi) organizações comunitárias (e indígenas); e, vii) órgãos ambientais fortalecidos⁵.

Ao longo de mais de uma década, o Fundo Amazônia apoiou dois fundos que contribuem para proteção territorial, desenvolvimento de atividades produtivas e agroecológicas e a luta e defesa por terras, territórios e soberania alimentar e nutricional: O Fundo Kayapó e o Fundo DEMA (Quadro 1).

³ O Fundo Amazônia foi proposto pelo governo brasileiro durante a COP 12, a Conferência Mundial do Clima, em 2006, sendo criado efetivamente em 1o de agosto de 2008, por meio do Decreto 6.527, e sua operação teve início em 2009, durante o segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (2007-2010). O programa busca a contribuição voluntária, ou seja, doações para prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, assim como conservação e uso sustentável da Amazônia Legal.

⁴ Durante o governo de Jair Bolsonaro (PL) (2019-2022), o Fundo ficou paralisado. Em 2023, a Alemanha anunciou que desbloquearia os recursos. Além deste país europeu, a Noruega também contribuiu, e outros como França, Reino Unido e Espanha sinalizaram participação. Em visita ao Brasil, o enviado especial dos Estados Unidos para o clima também destacou “compromisso” em trabalhar com Fundo Amazônia. Com novas doações, o montante disponível para o programa chegou a R\$ 5,4 bilhões no início de 2023.

⁵ Apesar disso há também críticas a “solução socioecológica” (HORN, 2023) do Fundo Amazônia: que contribuiu para mercantilização da natureza baseado em serviços ambientais, por meio bolsa floresta e REDD+; além de promover um Zoneamento ecológico e econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária sob bases de visões empresariais e corporativos.

Quadro 1 – Características dos Fundos Kayapó e Dema, apoiados pelo Fundo Amazônia

Fundos	Ano	Responsável	Temas	beneficiários	abrangência territorial	Eixos	Valor total do projeto	Valor do apoio
Fundo Kayapó	2011	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)	Terras indígenas	Comunidades indígenas Kayapó	Pará e Mato Grosso	Ordenamento territorial Produção sustentável	R\$ 23.300.000,00	R\$ 16.900.000,00
Fundo Dema	2011	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)/ Conservação Internacional Brasil	Assentamento Terras indígenas Unidades de conservação	Comunidades tradicionais da Amazônia: pequenos produtores, quilombolas e indígenas	Pará	Produção sustentável	R\$ 7.499.641,00	R\$ 6.601.699,07

Fonte: <<https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/biblioteca/projetos/>>.

O Fundo Kayapó tem por finalidade apoiar, por meio de doações, projetos de organizações indígenas que atuam nessa região com foco na conservação da biodiversidade, em proteção territorial, desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis e fortalecimento da representação política de lideranças. Iniciado em 2011, o Fundo Kayapó tem contratos de USD 13,1 milhões do Fundo de Conservação Global (GCF, sigla em inglês), da Conservação Internacional, e do Fundo Amazônia, via BNDES.

Esse fundo é muito importante, pois dialogando com Zanjani et al. (2023), territórios e áreas que os povos indígenas e comunidades tradicionais, administram, governam e conservam (doravante territórios da vida) são cada vez mais reconhecidos pelos cientistas, agências internacionais, não-governamentais e organizações de base, como fundamentais para o futuro de uma sociedade saudável e um planeta sustentável. Assim respeitando a soberania territorial as relações e intergeracionais e suas “ecologias concêntricas”⁶ (Dent et al., 2023).

Já o Fundo Dema possui uma trajetória de luta e consolidação. Segundo a FASE (2023), o nome do fundo é uma homenagem ao grande militante Ademir Alfeu Federicci, o Dema, assassinado em agosto de 2001, em razão de sua luta em defesa da Amazônia. O Fundo passou a acolher o recurso financeiro, cujos rendimentos são voltados ao apoio de projetos comunitários de povos indígenas, quilombolas, agroextrativistas e agricultores/as familiares da Amazônia, como forma de indenizá-los pelos danos socioambientais ocasionados pela derrubada das 6 mil toras de mogno.

⁶ “Ecologias concêntricas” concebem que animais, plantas, características naturais, o sobrenatural e outros componentes ambientais são parentes da humanidade e ligados por meio de responsabilidade mútua (DENT et al., 2023).

Ainda para a FASE⁷ (2023), o Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho, também se faz um marco na história do Fundo Dema. Foi nesta data que, em 2003, que foi assinado o *Termo de Doação com Encargo*; documento esse que oficializa a doação, aos movimentos sociais da Transamazônica/Xingu (PA), de 6 mil toras de mogno, equivalentes a 14,7 mil m³, apreendidos na região da Terra do Meio, no ano de 2001, advindo de crime ambiental.

Na entrevista com a coordenadora executiva do Fundo Dema, Simy Correa, da FASE, conseguimos compreender o processo de criação do Fundo Dema.

No final dos anos noventa, na região ali da Transamazônica/Xingu, Terra do Meio. Passava por uma, grande ciclo de exploração ilegal de madeira, essa frente de desmatamento, o arco do desmatamento, vinha desde a década de setenta, mas ele vinha ali pelo sul e sudeste do Pará e foi entrando pra Terra do Meio, aí nesse momento que ele começa acessar, começa a entrar pra Terra do Meio (Coordenadora Executiva Fundo Dema, novembro de 2022).

A prática criminosa de extração de madeira era corriqueira na região e as apreensões ocorriam, porém o fluxo legal permitia a venda das apreensões via leilões, prática que facilitava o retorno dos materiais apreendidos aos criminosos em um valor abaixo do mercado.

Os movimentos sociais da região da Transamazônica/Xingu começaram a denunciar o esquema que tinha, qual era esse esquema? O Ibama na época, órgão ambiental, fazia a apreensão da madeira extraída ilegalmente, tinham várias operações de busca, de apreensão, deflagradas, que aprendiam muita madeira, no entanto, o que o Ibama fazia? Fazia grandes leilões e os próprios madeireiros arrematavam a madeira no leilão, ou seja, eles legalizavam a madeira extraída ilegalmente, a partir dos leilões, então isso era um grande esquema que só beneficiava os madeireiros, fortalecia ainda mais a exploração ilegal, então os movimentos sociais começaram a denunciar esse grande esquema e forçar o Ibama (Coordenadora Executiva Fundo Dema, novembro de 2022).

Esse fundo possui mais de 20 anos de criação e atuação, buscando fortalecer as famílias do campo, das florestas, das águas e das cidades na defesa de seus territórios, da segurança alimentar e nutricional, além de promover e/ou incentivar práticas agroecológicas, autonomia econômica e processos de resistência pelo bem viver.

⁷ Desde a criação do Fundo Dema, a FASE tem sido a organização juridicamente responsável. Porém, é gerenciado de forma coletiva por um Comitê Gestor formado por organizações das áreas de atuação do Fundo, que inicialmente reunia as regiões da Transamazônica/Xingu, BR- 163/Tapajós, Baixo Amazonas e Nordeste Paraense/Baixo Tocantins, no Pará. Atualmente, o Fundo Dema soma à sua área de atuação, os estados do Maranhão e Mato Grosso, que integram a Amazônia Legal. Comitê Gestor: Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), Diocese do Xingu, Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Prelazia de Itaituba, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Itaituba (STTR-Itaituba), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Trairão (STTR-Trairão), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR-Santarém), Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA), Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (Malungu), Articulação Indígena do Médio Xingu (FASE, 2023).

Nesse percurso, que vai na contramão da exclusão e marginalização das populações tradicionais, o Fundo Dema contribuiu com 624 projetos apoiados, por meio de 23 editais e oito Chamadas Públicas lançadas, beneficiando 920 comunidades, 23.515 famílias e 113.423 pessoas. Além disso, o fundo contribuiu para o plantio de mais de 1 milhão de mudas e a recuperação de mais de 53 mil hectares de áreas degradadas (FASE, 2023).

Outro ponto de destaque do Fundo Dema é o suporte técnico oferecido para a melhoria das capacidades organizativas das organizações apoiadas, principalmente no manejo agroflorestal, com a diversificação de sistemas produtivos de alimentos e o uso de tecnologias sustentáveis, como consórcios de culturas, roças sem queima, controle biológico de insetos sem uso de agrotóxicos, manejo e adubação orgânica do solo. Essas ações constituem um instrumento para ampliar o acesso de organizações comunitárias a meios e recursos para a implementação de ações voltadas à justiça climática e socioambiental.

O Fundo Dema enfrenta alguns desafios para os próximos anos, como subsidiar e apoiar diversas estratégias, entre elas: a consolidação dos fundos comunitários, especialmente os fundos quilombola e de mulheres, e a contribuição para a criação de um fundo indígena. Apesar dos desafios, o Fundo Dema já teve participação na criação de alguns fundos, como o Fundo Quilombola Mizizi Dudu, o Fundo Autônomo de Mulheres Rurais da Amazônia Luzia Dorothy do Espírito Santo e o Fundo Socioambiental Barcarena e Abaetetuba. Esses fundos têm o objetivo de potencializar articulações políticas coletivas em defesa da igualdade de direitos sociais, ambientais, econômicos e territoriais (FASE, 2023).

Portanto, tais fundos, em especial o Fundo Dema, não se conformam como fundos de aceitação de diversos tipos de espoliações, violências e violações de direitos humanos. Eles representam uma tática para combater as contra-insurgências (Dunlap, 2023). Segundo Dunlap (2023), trata-se de um tipo de guerra — de "baixa intensidade" ou "assimétrica" — que enfatiza redes de inteligência, operações psicológicas, manipulação da mídia, provisão de segurança e desenvolvimento social para manter a legitimidade governamental e/ou extrativista. Assim, por meio do Fundo Dema, busca-se traçar outros futuros socioambientais, com outros sistemas econômicos, outros atores e inclusão social ampla, autônoma e soberana (energética, alimentar, nutricional e territorial).

Como destacado, o Fundo Dema participou da fundação do Fundo Socioambiental Barcarena e Abaetetuba. Este é um fundo específico criado dentro do Fundo Dema para apoiar projetos comunitários rurais e urbanos em todo o município de Barcarena e em algumas comunidades de Abaetetuba (FASE, 2023). Na seção seguinte, realiza-se um

mergulho na descrição e análise da origem (e dos desdobramentos) da criação do Fundo Ambiental Barcarena-Abaetetuba, seus objetivos e os resultados já alcançados e esperados em termos de fortalecimento de movimentos de luta e resistência sociais.

Fundo Ambiental Barcarena-Abaetetuba: origem, objetivo, desdobramentos e resultados

O Fundo Ambiental Barcarena-Abaetetuba, assim como Fundo Dema, teve sua origem em um crime ambiental. Cabe destacar que a região e territórios, em especial de Barcarena, já possui um histórico de sistemáticos de crimes ambientais, provocados por grandes empresas neoextrativistas (Hydro e Imerys) (Castro; Carmo, 2019; Hazeu; Rodrigues, 2018, 2019; Rodrigues; Hazeu; Nascimento, 2019) que constituem um regime (recorrente) de espoliação e legitimação de violências e violações de direitos humanos, territoriais e étnico-raciais (Costa; Hazeu, 2022).

O contexto de criação do Fundo Ambiental Barcarena-Abaetetuba deu-se em outubro de 2015, quando um navio, com quase 5 mil bois vivos⁸ e 700 toneladas de óleo combustível, naufragou no porto em Vila do Conde, no município de Barcarena, região metropolitana de Belém (PA). Milhares de animais mortos e todo o óleo combustível foram levados pelas correntes fluviais no rio Pará, chegando a diversas praias, igarapés, rios e comunidades em Barcarena e Abaetetuba.

Após o crime ambiental,

Os órgãos da União, a Defensoria Pública Estadual, a Defensoria Pública da União, o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual propuseram ação civil pública e os Ministérios Públicos a ação penal em face Sleiman CO & Sons, Tamara Shipping, Global Agência Marítima Ltda., North Trading, Minerva S.A. e Companhia das Docas do Pará. Posteriormente, integraram a propositura da ação o Governo do Estado do Pará, Prefeitura Municipal de Barcarena e a Marinha do Brasil/Capitania dos Portos da Amazônia Oriental. A ação envolvia vários pedidos: Obrigação de fazer: limpeza das praias que ficaram cheias de carcaças de bois (assim tratado em toda a ação) que se desprenderam do navio naufragado e foram levados pela maré às várias praias na região, às inúmeras ilhas, e às margens dos rios e igarapés, contaminando a água e tornando insuportável o cheiro no ar; limpeza dos corpos hídricos e dos solos afetados pelas corpos dos bois, pelo óleo combustível; providenciar destinação aos cadáveres dos bois e ao óleo combustível retirado das águas; indenizar os danos ambientais materiais não suscetíveis de reparação; indenizar o município de Barcarena no montante de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais); indenizar o município de Abaetetuba no montante de R\$ 1.412.644,00 (um milhão, quatrocentos e doze mil reais e seiscentos e quarenta e quatro reais); indenizar por danos morais coletivos as populações de Barcarena e as

⁸ O armador do navio Haidar, de bandeira libanesa, de propriedade da Sleiman CO & Sons, mais precisamente da Tamara Shipping. Seu agente era a Global Agência Marítima Ltda., e o operador portuário que atuava no momento do acidente era o North Trading. A carga, constituída por 4.965 bois vivos pertencia à exportadora Minerva S.A.

comunidades das ilhas ribeirinhas de Abaetetuba pela impossibilidade de prosseguir com a vida diária em decorrência do desastre; indenizar por maus tratos e crueldade com os animais que nadaram até a morte sem que houvesse uma operação de resgate aos que não morreram imediatamente com o naufrágio; indenizar danos materiais às vítimas que deixaram de trabalhar e lucrar (lucro emergente e cessante) com as atividades de pesca, turismo etc. (Correa, 2019, p. 183).

Após diversas tratativas e quase três anos do crime ambiental ocorrido em fevereiro de 2018, chegou-se ao seguinte acordo: além da obrigação de fazer, que envolveu diversas ações como a limpeza das praias e a destinação adequada dos bois mortos, foi determinada a obrigação de indenizar pelos danos ambientais materiais não suscetíveis de reparação, por danos individuais, por danos morais coletivos e por maus-tratos (FASE, 2023). Portanto, depois de quase três anos, houve uma audiência de conciliação entre as partes. Em relação aos danos coletivos, ficou destinado o valor de R\$ 3.050.000,00 (três milhões e cinquenta mil reais) para constituir um fundo que apoiará projetos coletivos e comunitários no município de Barcarena e nas ilhas ribeirinhas de Abaetetuba.

Em relação aos danos individuais, ficou destinado o valor de R\$ 7.650.000,00 (sete milhões e seiscentos e cinquenta mil reais). Além disso houve a obrigação de fazer: 1) CDP assumiu a obrigação de retirada da embarcação naufragada e dar a destinação orientada pela Capitania dos Portos; 2) A empresa Minerva S.A. ficou com obrigação de enterro e monitoramento dos cadáveres dos bois dentro do perímetro do Porto de Vila do Conde, em Barcarena.; 3) A CDP comprometeu-se em realizar adequações técnicas à área portuária para os casos de emergência; 4) A destinação de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) para construção de um hospital público de tratamento de animais ficou reduzida e somada ao valor dos danos individuais.

A FASE/Fundo Dema aceitou o desafio e, em fevereiro de 2018⁹, celebrou o Termo de Cooperação Técnica juntamente com o Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE), Defensoria Pública da União (DPU), Procuradoria Geral do Estado do Pará (PGE) e Prefeitura Municipal de Barcarena (PMB). O valor do recurso foi de 3 milhões de reais. Em 04 de abril de 2019, a FASE e o Fundo Dema foram apresentados à população em audiência pública. Na ocasião, também foi instalado o Comitê Gestor específico do Fundo Barcarena e Abaetetuba, formado pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Barcarena, Movimento de Mulheres Campo e Cidade, Cáritas e FASE.

⁹ Os órgãos que propuseram a criação de um fundo pesquisaram as várias organizações que gerenciam fundos com essa finalidade e, depois de conhecer e analisar o trabalho da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)/Fundo Dema e sua metodologia, escolheram esta organização como a mais adequada à gestão dos valores da indenização (FASE, 2023).

Plano de Trabalho decorrente do Termo Aditivo nº 001/2019, reajustando a execução do Fundo Socioambiental Barcarena e Abaetetuba, atendendo à revisão do acordo entre as partes envolvidas no processo judicial nº 1003217-76.2018.4.01.3900. A FASE administrará recursos provenientes dos danos coletivos do naufrágio da embarcação no porto de Vila do Conde (processo judicial nº 1003217-76.2018.4.01.3900) e do vazamento de caulim da empresa Imerys (Processo judicial nº 18794-53.2014.4.01.3900).

Serão aplicados inicialmente R\$837.000,00 decorrente dos danos coletivos do naufrágio da embarcação no porto de Vila do Conde e R\$3.707.007,48 decorrentes dos danos coletivos do vazamento de caulim da Empresa Imerys. Recursos a serem aplicados em projetos coletivos e sustentáveis no município de Barcarena e nas comunidades/localidades de Abaetetuba: Beja, Guajará de Beja, Tauerá de Beja, Ilha do Capim, Pirocaba, Caripetuba, Xingu, Jarumã, Praia de Beja, Igarapé São José, Tabatinga e Tauerazinho. Tendo o objetivo geral de contribuir para o fortalecimento territorial e o desenvolvimento socioambiental da população no município de Barcarena e nas comunidades/localidades.

Segundo uma liderança comunitária de Barcarena entrevistada, que esteve historicamente em processos de “resistências reais” e movimentos de justiça ambiental, a escolha da FASE foi muito importante, pois segundo ela:

Nós nos acostumamos a ver o dinheiro dos crimes ambientais, ser destinado a entidades que não tinham nada a ver conosco, no sentido que não ficava nada para nós de reparação ambiental e nem para sociedade de Barcarena, ia tudo para mão da universidade, pro Emílio Goeldi, para as outras instituições, funcionários do Ministério Público, sabe. Não se destinava nada em reparação ou de aplicação ao povo de Barcarena. Então o Ministério Público e sociedade, fomos construindo isso aí (Entrevista com uma liderança comunitária de Barcarena, março de 2023).

Assim se iniciava uma “jornada” e campanhas, de compromissos políticos e uma prática para partilhar, imaginar e semear a cocriação de um futuro alternativo e revolucionário ao que existe atualmente (Gelderloos; Dunlap, 2023) para além do colonialismo de mercado e de esverdeamento do corporativo (Bringel; Svampa, 2023), em síntese do modelo socioeconômico de sociedade produzido pelo neoextrativismo, em especial a mineração e agronegócio.

Compromissos políticos e prática para partilhar, imaginar e semear a cocriação de um futuro alternativo e revolucionário é destacado nos diferentes projetos apoiados por povos e comunidades tradicionais ligadas ao Fundo socioambiental Barcarena-Abaetetuba, como afirma Coordenadora Executiva Fundo Dema, Simy Correa:

A gente tem projeto de cultura, rádio comunitária, a gente tem projeto de agricultura, de produção, tem projeto, de bairro como o Jardim, o projeto por exemplo do Jardim Cabano, é, do centro comunitário, de melhoria das estruturas, então a gente tem novamente uma diversidade, a gente tem projeto que compra o equipamento para pesca, estrutura de beneficiamento de pesca ou estrutura de beneficiamento de polpa de frutas ou para piscicultura, tem um projeto de cultura, envolve dança, oficinas de danças, oficinas de formação, projetos culturais, é o da rádio comunitária, projetos para compra de equipamentos, ampliação e várias oficinas educativas para formadores de comunicadores populares locais. A gente tem uma diversidade novamente, a diversidade dessas organizações reflete os seus projetos (Coordenadora Executiva Fundo Dema, novembro de 2022).

Neville e Martin (2023) destacam que quando se esquadrinha pessoas, projetos e processos, identificamos os legados sociais, materiais e de governança geograficamente e temporalmente distanciados de momentos de resistência. Isso tudo se materializa, ao se observar nos Quadros 2 e 3 os projetos de implementação e regularização, os proponentes, municípios e valores.

Quadro 2 – Projetos de implantação, proponentes, municípios e valores com apoio financeiro do Fundo Dema

Projeto	Instituição Proponente	Município	Valor da doação R\$	Valor da contrapartida R\$
Projeto Espaço Multisetorial	Associação Multisetorial dos Empreendedores de Beja (AMSETEB)	Abaetetuba	50.000,00	5.000,00
Espaço para Cultura e Lazer	Associação dos Barraqueiros da Praia e Comerciantes de Vila do Conde (ABCOVIC)	Barcarena	50.000,00	5.000,00
A Esperança de Todos: a Construção da Sede da ACOLUDI	Associação Comunitária Luz Divina (ACOLUDI)	Barcarena	49.987,00	10.000,00
Jóias da Natureza	Associação dos Moradores do Bairro Jardim Cabano (AMBJC)	Barcarena	50.000,00	11.874,96
Construindo o Futuro	Associação dos Moradores do Residencial Águas Verdes (AMRAV)	Barcarena	49.995,45	43.500,00
Reforma e Ampliação da Sede da Associação Renascer com Cristo	Associação de Moradores Renascer com Cristo (AMRC)	Barcarena	55.302,00	5.312,00
Plantando, Criando e Produzindo Alimentos	Associação de Produtores, Agricultores e Agricultoras Familiares e Extrativistas, Ribeirinhos, Assalariados Rurais e Moradores do Município de Barcarena-Pará (APAAFERRMMB)	Barcarena	59.616,50	9.616,50
Maré da Resistência	Associação do Projeto de Assentamento Agroextrativista PAE Santo Antônio II – Ilha do Capim (APAASA)	Abaetetuba	62.990,92	10.690,00
Agricultura Familiar: Resistência no Campo	Associação de Produtores de Hortifrutigranjeiros de Produção Familiar do Pará (APH)	Barcarena	49.840,00	13.540,00
Espaço Solidário.	Associação de Pescadores e Ribeirinhos de Vila do Conde	Barcarena	50.000,00	5.000,00

	(ASPEVIC)			
Avicultura Tradicional.	Associação dos Trabalhadores Rurais do Curupeté (ATRC)	Barcarena	50.000,00	5.000,00
Semeando Cidadania	Cooperativa de Extração e Desenvolvimento Agrícola de Barcarena (CEDAB)	Barcarena	49.915,20	4.999,20
Mulheres, Negritudes e Direitos: o Quilombo e as Lutas Socioambientais em Barcarena.	Instituto João José Geraldo (IJGERALDO)	Barcarena	49.983,00	5.999,00
Projeto Educar para Transformar.	Instituto Integrado de Desenvolvimento Comunitário, Educação, Cultura e Assistência Social-Zita Cunha (IZC)	Barcarena	50.000,00	203.900,00
Inclusão Produtiva Sustentável com Base no Protagonismo das Mulheres	Associação Agroextrativista PAE e Habitação Natureza e Arte do Município de Barcarena (NATUR ART)	Barcarena	50.000,00	131.988,52
Projeto Radiodifusão da Cidadania – Resgate do Pássaro Junino	Associação de Radiodifusão Comunitária Barcarena FM (Barcarena FM)	Barcarena	58.528,82	5.100,00
Projeto Dando Asas à Cidadania	Grupo Cultural e Folclórico Raízes N'Ativa (Raízes N'Ativa)	Barcarena	54.377,20	6.000,00
Construção da Sala de Filetagem	Cooperativa de Pescadores de Vila do Conde (COOPESCONDE)	Barcarena	62.994,22	10.000,00
Mulheres Resistência	Associação dos Moradores e Agricultores do Rio Guajará de Beja (AMARGBA)	Abetetuba	49.738,00	15.300,00
Água Fonte de Vida: Pela existência e resistências em nosso território	Associação de Moradores das Ilhas de Abetetuba (AMIA)	Abetetuba	50.000,00	5.000,00
Construindo uma Comunidade Forte e Participativa.	Associação de Moradores da Localidade Farol (AMOFA)	Barcarena	48.430,00	4.843,00
Comunidade em Ação	Associação dos Moradores e Produtores do Rio Araraquara (AMPRA)	Barcarena	50.000,00	5.000,00
Unidade de Beneficiamento de Polpas de Frutas Regionais.	Associação Parque dos Arancuans do Cafezal (APAC)	Barcarena	45.000,00	5.000,00
Centro Cultural Lar de Maria	Associação de Pescadores e Pescadoras Artesanais Piscicultores da Vila de Beja (APPAPVB)	Abetetuba	50.000,00	10.000,00
Estação de Tratamento de Água do Território Quilombola Bom Remédio	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo das Ilhas de Abetetuba (ARQUIA)	Abetetuba	49.969,00	15.250,00
ASAPAP Construindo Formação Política e social, Visando Defender o Território	Associação dos Agroextrativistas, Pescadores e Artesãos do Pirocaba (ASAPAP)	Abetetuba	45.109,45	5.000,00
Avicultura (criação de frangos para corte).	Associação dos Trabalhadores Rurais do Acuí (ATRA)	Barcarena	50.000,00	7.500,00
Esse Rio é Minha Luta	Projeto Agroextrativista São Francisco Xavier (PAESFX)	Abetetuba	50.000,00	15.000,00
Projeto Semear a Boa Semente	ONG Pró – Conde em Defesa da Vida (PCDV)	Barcarena	50.000,00	5.000,00
A união de todos construção da sede da AMJSJ	Associação de Moradores da Comunidade Jardim São José (AMJSJ)	Barcarena	50.000,00	10.000,00

Casa da Cultura – Desenvolvimento humano sustentável.	Associação dos Agricultores das Famílias Tradicionais da Amazônia do Rio Tauá (ASAFATRA)	Barcarena	62.994,22	10.000,00
Padaria e confeitaria comunitária Nossa Senhora do Livramento	Associação do Projeto de Assentamento Agroextrativista Nossa Senhora do Livramento – Ilha Tabatinga (APAENSLI)	Abetetuba	50.000,00	6.702,00
Nação Forte	Associação Missionária e Evangelística Gideões Sem Fronteiras (GSF)	Barcarena	48.000,00	2.000,00
Energia solar, dando ênfase no resgate das potencialidades e culturas locais ribeirinha	Associação dos moradores do Rio Urubuêua Cabeceira (AMUCA)	Abetetuba	50.000,00	5.000,00
Inovação	Associação dos Moradores do Igarapé Cupuaçu (AMIC)	Barcarena	50.000,00	5.000,00
Centro Esportivo Comunitário Cabano	Centro Comunitário de Vila do Conde (CCVC)	Barcarena	50.000,00	5.000,00
Projeto 5 R'S.	Associação dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis do Município de Barcarena (ASCABARCARENA)	Barcarena	59.994,80	10.310,00
Estruturar para Acolher	Centro Comunitário Vila Nova	Barcarena	50.000,00	25.000,00
Reformando o nosso espaço comunitário	Associação dos Moradores da Comunidade Bom Futuro (CBF)	Barcarena	60.494,22	45.000,00
Mulheres, Produção Ecológica Sustentável.	Associação das Mulheres do Campo e da Cidade de Barcarena (AMCCB)	Barcarena	-	-

Fonte: <https://www.fundodema.org.br/projeto_categoria/projetos-de-implementacao/>.

Quadro 3 – Projetos de regularização, os proponentes, municípios e valores

Projeto	Instituição Proponente	Município	Valor da Doação R\$	Valor da Contrapartida R\$
Regularização da Associação de Pescadores e Pescadoras Artesanais Piscicultores da Vila de Beja.	Associação de Pescadores e Pescadoras Artesanais Piscicultores da Vila de Beja (APPAPVB)	Abetetuba	4.082,00	1.600,00
Regularização da Associação de Moradores das Ilhas de Abetetuba	Associação de Moradores das Ilhas de Abetetuba (AMIA)	Abetetuba	4.936,20	500,00
Cooperativa de Pescadores de Vila do Conde.	Cooperativa de Pescadores de Vila do Conde (COOPESCONDE)	Barcarena	9.203,00	1.100,00
Regularização da Associação Amigos do Bairro Industrial.	Associação Amigos do Bairro Industrial (AABI)	Barcarena	9.150,00	850,00
Regularização de Associação dos Moradores do Bairro Jardim Cabano.	Associação dos Moradores do Bairro Jardim Cabano (AMBJC)	Barcarena	9.900,00	2.876,82
Regularização do Centro Comunitário de Vila do Conde.	Centro Comunitário de Vila do Conde (CCVC)	Barcarena	9.000,00	1.000,00
Regularização da Associação dos Barraqueiros da Praia e Comerciantes de Vila do Conde.	Associação dos Barraqueiros da Praia e Comerciantes de Vila do Conde (ABCOVIC)	Barcarena	9.150,00	850,00
Regularização da Associação Multisetorial dos Empreendedores de Beja.	Associação Multisetorial dos Empreendedores de Beja (AMSETEB)	Abetetuba	8.410,00	2.500,00
Regularização da	Associação dos	Barcarena	9.150,00	850,00

Associação dos Trabalhadores Rurais do Curupeté.	Trabalhadores Rurais do Curupeté (ATRC)			
Regularização da Associação de Produtores, Agricultores e Agricultoras Familiares e Extrativistas, Ribeirinhos, Assalariados Rurais e Moradores do Município de Barcarena-Pará.	Associação de Produtores, Agricultores e Agricultoras Familiares e Extrativistas, Ribeirinhos, Assalariados Rurais e Moradores do Município de Barcarena-Pará (APAAFERARMMB)	Barcarena	10.000,00	1.000,00

Fonte: <https://www.fundodema.org.br/projeto_categoria/projetos-de-regularizacao/>.

As práticas comunitárias (observadas no Quadro 2) foram estratégias de fortalecimento da agricultura familiar com atividades de: avicultura, padaria e confeitarias, unidade de beneficiamento de polpas de frutas, captação de energia solar, estação de tratamento de água, criação de casa da cultura e negritude e mulheres. Os eixos temáticos, portanto, foram: defesa territorial e cultural e ancestralidade, produção agroecológica e segurança alimentar e nutricional e tecnologias alternativas e empoderamento de mulheres e de agricultura familiar. Dimensões essas fortemente asfixiadas por agentes hegemônicos e grandes projetos de infraestrutura, no Baixo Tocantins (Hazeu; Rodrigues, 2019; Rodrigues; Lima, 2020; Gonçalves; Rodrigues; Sobreiro Filho, 2019; Cardoso; Rodrigues; Sobreiro Filho, 2022; Costa; Hazeu, 2024) para se produzir uma espécie de dependência social e econômica dos territórios ao setor neoextrativista, principalmente, a mineração e ao agronegócio.

Cabe enfatizar três projetos (Quadro 2) cujo foco insere-se no protagonismo de mulheres e na igualdade de gênero no desenvolvimento comunitário, desenvolvido pela Associação das Mulheres do Campo e da Cidade de Barcarena (AMCCB), Associação dos Moradores e Agricultores do Rio Guajará de Beja (AMARGBA), Instituto João José Geraldo (IJJGERALDO).

Segundo Gyan e Mfoafo-M'carthy (2023), estudos mostram a crescente atenção (e imprescindibilidade) à igualdade de gênero no desenvolvimento comunitário, o avanço e a participação das mulheres, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento. Tal atenção é fundamental para combater o colonialismo, o patriarcado e o neoliberalismo que atingem violentamente (desigualmente) mulheres (Gyan; Mfoafo-M'carthy, 2023) e como tais violências sufocam territórios de vida que possuem as mulheres como as principais gestoras, provedoras e articuladoras sociais e políticas e o elo de união na família, entre famílias, em comunidades e entre comunidades.

Além da regularização das associações, os projetos beneficiaram, sobretudo, mulheres negras e pobres e povos e comunidades tradicionais: pescadores(as), ribeirinhos(as), quilombolas e extrativistas; além de agricultores familiares do campo e da

cidade. Segundo Neville e Martin (2023), juntamente com a invisibilidade, as consequências da justiça ambiental lenta (que o fundo busca contribuir) também são desiguais, pois há diferentes histórias políticas e condições sociais que ainda podem levar a resultados diferentes para as pessoas com base em características geográficas, socioeconômicas, políticas, de gênero, raça, etnia e de identidade.

Tal conformação evidencia a desigualdades de gênero, sociais, raciais e com também de racismo ambiental, por carências de políticas públicas mais amplas e continuadas nos territórios do Baixo Tocantins. Essas “carências” são bem destacadas na fala de um ribeirinho entrevistado, cuja comunidade em Abaetetuba foi beneficiada pelo Fundo Socioambiental Barcarena-Abaetetuba:

[...] a importância que o fundo tem pra pras comunidades né? Nesse processo é por conta que a gente tem muita limitação né? Jurídica. Ainda um pouco de limitação também de articulação e de organização então fundo pra justamente suprir essa necessidade né de articulação jurídica, política e pra fazer com que esses recursos né que hora a justiça eh assegurou as comunidades que ele pudesse realmente ser implementado nas comunidades em que foram afetadas né? E que por direito tem, e, e, essa possibilidade de usufruir. Então acredito que sem o fundo talvez fosse muito difícil a gente ter conseguido acessar esse recurso né, para esse projeto (Entrevista realizada em setembro de 2023).

Além disso, os projetos e seu desenvolvimento de contribuir em iniciativas de bem-estar social também contribuíram para fornecer apoio material e jurídico adequado a fim de contribuir no surgimento de novas iniciativas e mobilizações (Bianchi, 2023). Algo verificado na entrevista do ribeirinho, no parágrafo anterior.

Já os projetos de regularização das associações, os projetos beneficiados pelo Fundo também contribuem no combate a narrativas dominantes. Segundo Haapanen et al. (2023), narrativas dominantes buscam propagar narrativas naturalizadoras e normalizadoras, tonando o imoral e injusto como compreensivo; orientando assim a modulação cognitiva de indivíduos e da sociedade sobre um assunto sensível, complexo e profundo. De certa forma o fundo contribuiu a na produção de narrativas públicas contra-harmônicas focadas em valores comunitários e na esperança e na fabricação de um futuro melhor, com soberania e autonomia de territórios, discursos e agentes hegemônicos.

Observa-se ainda uma grande representação de duas categorias de pessoas que compõem essas organizações. São “moradores” – 17 organizações ou são “trabalhadores” – 24 organizações (de pesca, agroextrativismo, agricultura, piscicultores, catadores, produtores de hortifruti, granjeiros, empreendedores, artesãos, barraqueiras), algumas representando ambas as categorias. As demais se referem a categorias como mulheres, quilombolas, grupos culturais etc.

O que mais se observa é a grande diversidade de comunidades apoiadas, que são mais de 20, identificadas pelo nome da organização, ou seja, quase todas as organizações têm uma localização específica no território de Barcarena e de Abaetetuba. Neste sentido, tem uma capilaridade estendida em todo território, cumprindo o termo de cooperação com Ministério Público Federal, além de gerar transformações em muitos lugares.

É fundamental compreender que esses projetos conformam um movimento de e por justiça socioambiental e desenvolvimento comunitário e autônomo. Contudo, é preciso compreender principalmente que desenvolvimento comunitário e autônomo se deve pautar ou serem orientadas pela concepção de ferramentas, espaços, atividades e arranjos sociais de capacitação (Dush, 2023), portando, de formação política.

A fala de um ribeirinho entrevistado, cuja comunidade em Abaetetuba foi beneficiada pelo Fundo Socioambiental Barcarena-Abaetetuba:

É algumas lutas que a gente necessita na comunidade e o projeto por exemplo teve ou pro retratamento de água que é um enclave ainda nas comunidades então a gente optou por um sistema de tratamento e esse sistema ele tem ele tem gerado muita expectativa né? Por que ele traz pra comunidade uma nova configuração né? Em um novo momento porque a comunidade até hoje não tem um sistema e não tem uma água de qualidade pra consumo humano. A gente sabe historicamente de populações tradicionais elas tem as suas próprias formas de organização e articulação e que é ao longo do tempo isso foi esfriando as pessoas elas acabaram sendo se decepcionando com muitos projetos muitas das vezes por mal estruturação e fez com que eles se desestimulassem e hoje né o projeto o fundo ele essa nova perspectiva pras comunidades. E a gente vê isso no semblante das pessoas, né? Na vontade, na garra, na determinação pra que possa ter um projeto que realmente faça a diferença.

Dush (2023) aduz que o desenvolvimento comunitário precisa: 1) nutrir a identificação dos participantes como membros de uma comunidade de prática; 2) oferecer aos participantes oportunidades para “negociarem” conjuntamente o significado e expandirem o seu conhecimento; 3) fornecer caminhos para as comunidades persistirem e se expandirem; e 4) comprometer-se com a equidade.

Outra característica evidenciada, que o fundo socioambiental Barcarena-Abaetetuba contribuiu, foi:

- i) a ampliação do sentimento de apego e identidade ao lugar (autoconsciência da pertença a uma comunidade) (Belanche; Casalo; Rubio, 2020), perspectiva interessante face a erosão de tal sentimento em áreas urbanas e metropolitanas de grandes capitais;
- ii) o fortalecimento de e das (muitas e múltiplas) relações ou territorialidades específicas pautadas na ideia do pluriverso, isto é, na coexistência de muitos mundos e com diversas e emaranhadas cosmologias (Escobar, 2015);

- iii) a negação e combate à conversão de várias formas de direitos e modos de vida (“Bem Viver”) de propriedade comum e/ou coletiva em direitos exclusivos de propriedade privada corporativa, com a supressão dos direitos a territórios comuns partilhados e formas autóctones de produção, consumo, relações simbólicas e identitárias (Rodrigues, 2020, 2024);
- iv) as lutas baseadas no lugar, isto é, em defesa da vida, diversidades e de suas territorialidades: uma luta contínua por justiça, cuidado socioambiental e defesa territorial, e contra as práticas, políticas e elites especializadas na exploração dominantes, em particular do setor neoextrativista (mineração e agronegócio) – portanto, indo além de questões de lutas stricto sensu (o foco) relacionado a direitos culturais, a distribuição justa (de “bens” e “maus” ambientais) e a preocupação intergeracional (Hommes; Vos; Boelens, 2023); e,
- v) questionamento e negação da redução de territórios múltiplos de vida a “territórios de projetos”, de grupos hegemônicos, que se apropriam de pontos específicos do espaço para realizar grandes empreendimentos, consórcios, para uso corporativo e privatizações de territórios, cujo interesse único é a ampliação e acúmulo de capital, desconsiderando os interesses múltiplos, ontológicos, cosmológicos e espirituais de diversos segmentos sociais sobre os territórios (Rodrigues et al., 2020, Rodrigues, 2024).

Cabe enfatizar dois pontos interessantes há em curso (porém, com a reedição), sobretudo, de projetos portuários, lógicas e práticas coloniais (violadora de direitos territoriais e humanos), expropriações violentas capitalistas na Amazônia, que já foram observados e vivenciadas historicamente em Barcarena e Santarém (Cardoso; Rodrigues; Sobreiro-Filho, 2022). Além de tudo isso, há outro ponto que deve ser assinalado do Fundo Socioambiental Barcarena-Abetetuba é o caráter democrático, participativo e com protagonismo de movimentos sociais. Isso é fundamental não apenas pelo contexto de corrosão democracia participativa e dialógica promovidos por governos fascistas e autoritários, nesses últimos anos no mundo, e, em especial no Brasil (Kamra; Williams; Johar, 2023; Gonçalves; Lasco, 2023; Mendes Motta; Hauber, 2023; Søndergaard, 2023).

A democracia participativa afirma que a participação política dos cidadãos são um dos componentes não somente vitais do sistema político (Qin, 2023) e da “saúde de sociedades”, que possuem projetos múltiplos de vida como também caminhos (futuros) já escolhidos por povos e comunidades de país. Isso é interessante, pois o Fundo socioambiental Barcarena-Abetetuba buscou tomar essa direção. Porém, os territórios também convivem com projetos políticos múltiplos e colonizadores: “Fundo

Sustentabilidade Hydro”. É importante entender que as atividades, os motivos e a dinâmica de grandes mineradoras se inserem a jogos geoeconômicos e geopolíticos que não são apenas para evitar ou resolver conflitos, mas sobretudo, para atração de agentes, acionistas, políticos para melhorar o extrativismo global de minerais¹⁰.

“Fundo Sustentabilidade Hydro”

O Fundo Sustentabilidade Hydro (FSH) foi criado em 2019 pela empresa Hydro, Albras e Alunorte. Constitui uma organização sem fins lucrativos, de direito privado, com objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e apoio de projetos de base comunitária nos territórios. O FSH ainda destaca que é um mecanismo financeiro, por meio da realização ou apoio a projetos que se propõe a reduzir desigualdades, gerar renda, emprego, promover a cultura de base comunitária e preservar o meio ambiente, contribuindo para comunidades e cidades melhores e mais sustentáveis para todos e todas (FSH, 2024a).

O FSH busca com a expansão dos investimentos para a área do mineroduto, além de Barcarena: as cidades de Paragominas, Ipixuna do Pará, Tomé-Açu, Acará, Moju e Abetetuba (FSH, 2024b). O primeiro edital foi lançado em 2019 no valor de R\$ 730.000,00 (setecentos e trinta mil reais), destinado às associações, cooperativas, organizações não governamentais ou empresas, que tenham sede em Barcarena ou atuação direta no município de Barcarena.

O FSH atua em parceria com outras organizações, dando suporte no decorrer das atividades, como a Alliance Bioversity International (CIAT) que possibilita investimento em iniciativas voltadas à agricultura e oferece treinamentos e a Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA) criada pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) buscando investir em práticas sustentáveis e potencializar as comunidades tradicionais (Souza, 2023). Cabe destacar, segundo Souza (2023), dentro da PPA estão as empresas Natura, Imerys, Suzano, Cargill, Agropalma e Vale.

Esse pretende investir aproximadamente 100 milhões de reais nas iniciativas escolhidas durante 10 anos de atividade para potencializar projetos realizados pela e para a comunidade, com base nas principais demandas dos territórios, identificadas e definidas em

¹⁰ Segundo Eerola (2024), os conflitos socioambientais devido à mineração começaram aumentaram globalmente durante as décadas de 1980 a 1990, quando tanto as empresas de mineração migraram do Norte Global para o Sul Global como parte do processo de globalização e se enfrentaram em questões sociais e ambientais. No final da década de 1990, a indústria de mineração reagiu à resistência criando associações e programas de responsabilidade social corporativa (RSC) para melhorar voluntariamente seu desempenho e mitigar seus impactos, e assim habilitar suas operações.

processos com ampla e transparente participação social (FSH, 2024c). O fundo promoveu a criação de um sistema para colaboração que busca mudanças sociais em Barcarena, chamado Iniciativa Barcarena Sustentável (IBS), para legitimidade da IBS, com participação de instituições, empresas, moradores do município de Barcarena, lideranças comunitárias, trabalhadores das empresas (Hydro - Albras e Alunorte). Certamente uma estratégia seguir padrões internacionais do extrativismo global da mineração, pautada em uma governança privatizada da governança (Murguía; Bastida, 2024), devido ao centralismo hierárquico de gestores de empresas nas decisões e orientações.

Segundo o FSH (2024c), o fundo apresenta seguinte o caminho sustentável (Figura 2):

Figura 2 – Desenho conceitual do caminho sustentável do FSH



Fonte: FSH (2024c)

Nesse desenho conceitual (Figura 2) há muitas supressões que vão da criação real do FSH a participação social. A primeira supressão é que as empresas Hydro, Albras e Alunorte não uniram esforços em torno da construção de um futuro melhor e mais sustentável. Segundo Lamas (2023), as empresas transnacionais de mineração na última década passam a exercer funções de governança na ordem política dos territórios onde eles se estabelecem, como forma de concessão de exploração e espoliação, que seria as chamadas licenças sociais para operar.

Assim, o FSH pauta-se na suposta responsabilidade corporativa global e local, rumo a caminhos de desenvolvimento verde (Zhou; Chung; Xu, 2023), expressando ecologização econômica (Bailey; Caprotti, 2014), ou seja, tentando evidenciar a humanização de processos e dinâmicas espoliativas, durante acumulação, expansão, distribuição e

concentração, do capitalismo produtivo-financeiro, em particular do setor extrativo mineral.

A segunda supressão foi a partir o diálogo, da escuta e participação social que o FSH defende que houve e é constituído esse eixo norteador. De 2019 a 2022 o fundo lançou quatro editais de financiamento de apoio a projetos sustentáveis de base comunitária, contudo não houve discussão, debate e participação das comunidades na formulação dos editais e do escopo temático.

Segundo Souza (2023), havia 31 inscrições de projetos para financiamento do edital de Chamada de Projetos de Base Comunitária I (2019), sendo oito projetos aprovados e do edital da chamada de base estruturante (2022) dos 19 projetos inscritos, sete foram classificados. Cada edital definiu eixos voltados ao financiamento, direcionando as organizações que teriam interesse em participar.

No primeiro edital o objetivo era financiar projetos sociais que tenham por objeto ações voltadas para: Emprego e Renda, Meio Ambiente, Fortalecimento Institucional, Esporte, Cultura e Lazer. Em 2021 o edital de seleção concentrava no empreendedorismo agroalimentar Comunitário Chamada do Ciclo de Desenvolvimento de Negócios.

Já nos três editais lançados em 2022 são: infraestrutura inclusiva e fomento à inovação, projetos de restauração, e conservação e uso sustentável da biodiversidade projetos de bioeconomia, projetos de energia renovável, projetos de redução de emissão e/ou sequestro de Carbono/GEE (Gases de Efeito Estufa), soluções para acesso à água potável, geração de renda acesso à água potável, gestão de Resíduos e iniciativas em Educação Ambiental. Veja os projetos selecionados pelo FSH (Quadro 4):

Quadro 4 – Nome dos projetos selecionados pelo FSH

Nome dos projetos	Objetivo
Travessia Barcarena	Financiar projetos sociais que tenham por objeto ações voltadas para: Emprego e Renda, Meio Ambiente, Fortalecimento Institucional, Esporte, Cultura e Lazer.
Tipitix	Através de Ciclos de Desenvolvimento de Negócios Comunitários, o Tipitix cria produtos inovadores e cheios de sabor com a cara da agricultura familiar de Barcarena, Pará.
Projetos sustentáveis e de base comunitária	Apoiar e financiar projetos sustentáveis de base comunitária de Barcarena, selecionou no total oito propostas, que passaram por etapas de avaliação técnica, documental e orçamentária. Com foco em três linhas de financiamento: promoção de trabalho, emprego e renda e meio ambiente; fortalecimento institucional de associações e organizações sociais; e eventos esportivos ou culturais.
Conexões Sustentáveis	Visa financiar projetos de base comunitária e projetos estruturantes a serem realizados em Barcarena. O objetivo também é alcançar, de maneira colaborativa, o desenvolvimento baseado em soluções sustentáveis para a região, além de fortalecer as organizações locais e aprimorar suas habilidades de planejamento, gestão e implementação de projetos.
Projeto Ambulante Caripi com o parceiro Talento RH	Contribuir para inserção socioeconômica dos ambulantes em situação de vulnerabilidade social, com ampliação das oportunidades de formação, acesso ao mercado com maior valor agregado, com segurança alimentar e promoção do trabalho decente e sustentável.
Projeto de Fortalecimento das Organizações sociais de Barcarena	Fortalecer e apoiar a associações comunitárias.
Projeto Aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e a ser	Oferecer apoio para a formalização e legalização de fato e direito de entidades sem fins lucrativos e afins.
Projeto Crê-Sporte Eventos - Construindo cidadãos através do esporte	Desenvolver eventos esportivos a crianças e adolescentes na faixa etária entre 7 a 17 anos, de ambos os sexos, por meio de diferentes atividades, incluindo palestras, além de conceitos primários de cidadania e responsabilidade social.
Projeto de Implantação da incubadora de Projetos sociais Confúcio com o parceiro Universidade da Criança do Brasil	Capacitar representantes das organizações do terceiro setor na elaboração e gestão de projetos sociais.
Projeto Digitando a Cidadania com o parceiro Associação Comunitária Luz Divina	Capacitar e resgatar jovens em situação de risco com cursos profissionalizantes de informática.
Projeto Socialização através da musicoterapia com o parceiro APAE Barcarena	Integrar da pessoa com deficiência múltipla e intelectual, junto ao convívio natural com a sociedade, possui várias vertentes para sua realização efetiva
Projeto Simpósio da Liderança União com o parceiro Associação da Amazônia	Qualificar as lideranças das associações sobre as questões de regularidade dessas instituições e orientar questões contábeis.
Projeto Tipitix: Empreendedorismo	Apoiar o beneficiamento, dando origem a vários produtos, o projeto tem também o objetivo de compartilhar estratégias de marketing e comercialização, facilitando o acesso desses produtos ao mercado e a novos compradores, como pequenos estabelecimentos comerciais da região, operadores de restaurantes industriais do município e startups de inovação na cadeia agroalimentar.
Plataforma Conexões Sustentáveis	Financiar projetos socioambientais para promover transformações positivas em prol do desenvolvimento de Barcarena, beneficiando prioritariamente organizações comunitárias locais, que têm dificuldades de acesso a créditos.
Estilo Travessia	Formação de 22 costureiras em alta costura para o desenvolvimento destas habilidades a fim de geração de renda.
Travessia II	Estruturar e apoiar agricultores familiares, por meio de doação de materiais de beneficiamento agrícola.
Mão na massa: panificação artesanal na comunidade	Capacitar de pessoas em panificação e confeitaria com a finalidade de geração de renda.
Uso sustentável da água na agricultura	Implantar a tecnologia de hidroponia de baixo custo como alternativa de produção agrícola, contribuindo para o aumento da capacidade produtiva e renda dos produtores rurais.
Resgatando cidadania através do esporte e da cultura	Contribuir com a qualidade da educação na comunidade, por meio da promoção e o resgate da cidadania através da realização de atividades esportivas e culturais.
Domingo Geek Solidário	Propor uma nova opção de diversão e cultura para os jovens

Fonte: FSH (2024d) e HYDRO (2024).

Segundo Lamas (2023), as empresas transnacionais de mineração podem ser vistas como motores de diversas formas de expropriação, degradação ambiental, os crimes ambientais e impacto na subsistência das comunidades locais, além de violência na vida das populações afetadas. Ainda para Lamas (2023), por meio da concessão de exploração, as transnacionais passam a exercer funções de governança na ordem política dos territórios onde eles se estabelecem. Nesse contexto emerge a terceira supressão da criação do FSH. Em 17 de fevereiro de 2018, o município de Barcarena passou pelo maior crime socioambiental da Amazônia. Houve o transbordamento e/ou rompimento do Depósito de Resíduos Sólidos 1 (DRS1): resíduos do beneficiamento de Bauxita que contém metais pesados como o chumbo, alumínio, cromo e mercúrio, chamado de “rejeitos”, provenientes exercido pela Empresa Hydro Alunorte.

Os moradores de Barcarena denunciaram ao Ministério Público do Estado do Pará (MPPA). O MPPA, em procedimentos de investigação sobre o crime socioambiental em Barcarena, conseguiu por via Justiça Estadual, impor a redução de 50% da capacidade de produção da empresa Hydro Alunorte, durante um ano e a proibição do uso do depósito de resíduos sólidos - DR2 até que tenha a licença de operação de forma oficial e regular, caso haja descumprimento a empresa pagará multa no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) referente ao descumprimento diário. A força tarefa realizou uma Audiência Pública no Município de Barcarena, com o objetivo de escutar e propor os próximos procedimentos de forma coletiva (Souza, 2023).

Por meio de audiência pública, houve demandas expostas pelos principais impactados, o MPF e MPPA junto com a Empresa Hydro Alunorte assinaram um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), com objetivo de implantar medidas preliminares e emergenciais às famílias residentes na bacia hidrográfica dos rios Pará, Murucupi e São Francisco. Este TAC foi um compromisso assinado no qual não exime ou diminui a responsabilidade relacionada ao crime ambiental impetrado pela empresa.

A empresa Hydro e Alunorte assinaram um acordo com o Ministério Público Estadual que norteou ações voltadas a medidas de segurança como, estudos técnicos de acompanhamento, sistemas de monitoramentos e investimentos na área social. A partir disso as empresas Hydro, Albras e Alunorte buscaram estratégias para o cumprimento do acordo assinado.

Nesse sentido, o FSH configura-se em uma medida de pagamento por crimes ambientais e limpeza da imagem de poluidora, por meio de medidas de responsabilidade socioambiental para com o território. Assim quebrando a tese de Haslam e Godfrid (2023), de que as implementações de políticas de responsabilidade social corporativa vêm de

mobilizações locais, como também de conceitos de compromissos e padrões internacionais de governança, cunhado por Murguía e Bastida (2024).

Não estamos afirmando que não haja outras formas de resistências sociais, como enfatizado por Farias (2023), em especial em Barcarena; mas que nesse caso do Fundo ambiental da multinacional não veio por processos de mobilização social, apesar dos tensionamentos significativos (Cruz; Hazeu, 2020; Hazeu; Costa; Fialho Nascimento, 2021; Hazeu; Gaysoso, 2022) e modos de enfrentamento agentes dominantes e hegemônicos (Maia, 2017; Marin; Maia, 2018; Souza; Rodrigues, 2019; Costa; Hazeu, 2022). Muito diferente do Fundo Socioambiental Barcarena-Abaetetuba.

Para Souza (2023), o processo de criação dos fundos, “Fundo socioambiental Barcarena-Abaetetuba” e o “Fundo de Sustentabilidade Hydro”, ocorreu por duas semelhanças apenas: i) por advirem por compensação ambiental por crimes socioambientais em Barcarena (e Abaetetuba); e, ii) por serem juridicamente geridos por organizações sociais do terceiro setor. Ainda segundo Souza, são nessas semelhanças que se encontram as diferenças. Mesmo sendo organizações do terceiro setor, a FASE foi criada há décadas dentro de lutas de movimentos sociais enquanto a Iniciativa Barcarena Sustentável (IBS) foi criada pela empresa Hydro para atender as demandas surgidas do crime ambiental por ela protagonizado; que aliás, sequer é assinalado na *home page* da IBS o motivo da criação de tal iniciativa.

O Fundo Socioambiental Barcarena e Abaetetuba nasceu no espaço de discussão coletiva, por meio da sociedade civil organizada com a força tarefa do Ministério Público, partindo de um desejo coletivo e popular, buscando não apenas reparar os danos coletivos causados pelo naufrágio do navio Haidar e do vazamento de caulim da empresa Imerys, mas promover a justiça socioambiental e lutas para fortalecimento de movimentos sociais e povos e comunidades tradicionais.

A participação e o capital político (reconhecimento, confiança e respeito), a FASE, que segundo uma liderança comunitária entrevistada, a equipe técnica faz grande diferença no acompanhamento para que os projetos sejam executados pelas organizações.

Uma das diferenças que vejo do Fundo Dema e do Fundo Hydro é que no Fundo Dema (Fundo Socioambiental Barcarena e Abaetetuba), nós temos uma entidade tem pessoas que já tem vivência e convivência com povo da Amazônia. [...] o fundo Hydro é nessa pegada, a maioria, nunca trabalhou, nunca desenvolveu um trabalho voltado ao movimento popular, como eu te digo, porque no movimento popular, lutamos para nunca mais ser tutelada ..., ‘Ah eu tenho que ajudarem eles pensarem, porque não sabem pensar muito bem o que querem da vida’. Então é isso, essa é a grande diferença, entre o fundo Dema e o fundo Hydro, estou me sentindo assim.

O MP [Ministério Público] está acompanhando, ele não está conduzindo o fundo Dema, é outra diferença, o MP não é o dono da causa, ele é o representante da causa, o dono é o povo. Nesse jogo em se querer demonstrar que tem participação popular a população no que ela diz é pouco ouvida, ela serve muito mais para bater foto do que para participar, está entendendo? (Entrevista liderança comunitária de Barcarena, março 2023).

Segundo Souza (2023), a promoção da autonomia comunitária é peça fundamental e central, não apenas para criar um solo fértil para observação e intervenção na realidade social, assim como reunir coletivamente para pensar, analisar, identificar, sistematizar, planejar e realizar (e se sentir pertencente da construção do projeto), são exercícios que impulsionam as organizações na direção de emancipação política, social e comunitária.

Analisando os projetos apoiados pelos dois fundos, compreendemos que o Fundo Socioambiental Barcarena e Abaetetuba tem apoiado projetos com diversidade cultural, observando a presença de iniciativas verdadeiramente comunitárias e a presença dos povos tradicionais. Refletindo sobre as iniciativas apoiadas pelo Fundo Sustentabilidade Hydro, apresenta dados e informações de apoio a iniciativas sociais, porém, não tem apoiado de forma expressiva projetos sociais com diversidade cultural. Cabe destacar que o município de Abaetetuba fica excluído das ações do Fundo Sustentabilidade Hydro, por mais que ações espoliativas transborde a geografia técnica de recorte político-administrativo, como se houvesse barreiras de desastres e crimes ambientais (Rodrigues; Hazeu; Nascimento, 2019).

Portanto, inserindo-se no movimento global do setor extrativo de legitimação de ações, práticas e violências como formas positivas, por meio da apassivação crítica de (des)ordem contra hegemônica no território; assim resolvendo ou gerenciando conflitos e disputas (Kowszyk; Vanclay; Maher, 2023).

Há com isso no seu compromisso cooperativo o engajamento a agenda socioambiental coletivo global, conseqüentemente construindo uma outra imagem de empresa, já que a Hydro cometeu diversos crimes ambientais em Barcarena (Hazeu, 2015; Castro; Carmo, 2019; Rodrigues; Hazeu; Nascimento, 2019; Hazeu; Costa, 2022; Costa; Hazeu, 2024), conseqüentemente conseguindo uma aceitabilidade social ou como uma licença social para operar, uma metáfora que se refere à presença, ou falta dela, de consentimento público para uma atividade (Maillé; Baba; Marcotte, 2023).

Considerações Finais

A Amazônia possui uma gama de iniciativas sociais e ambientais (Brondizio, 2021; Londres et al., 2023), que adotam práticas de uso da terra e dos territórios visando preservar, promover e continuar formas específicas de territorialidades e temporalidades seculares de desenvolvimento socioambiental. O artigo aqui discutido, a partir da análise dos fundos socioambientais, aborda agendas políticas distintas e antagônicas de sociedade, de relações sociais, de modos de vida e de existências.

Dentro desse contexto de iniciativas, destaca-se a criação de fundos ambientais comunitários, os quais não estão focados (no colonialismo verde) em mudanças climáticas e ambientais (Sultana, 2022), mas representam uma ação contra-hegemônica¹¹, um mecanismo e ferramenta para fortalecer a autonomia e os movimentos de luta e resistência dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Ao mesmo tempo, esses fundos colocam esses grupos como protagonistas no combate a crises e na busca por justiça socioambientais sistêmicas, históricas e estruturais.

Assim, o fundo socioambiental Barcarena-Abaetetuba não deve ser visto como um pacote ou recurso pago devido a um crime ambiental ou como um instrumento de mitigação de conflitos e danos, mas sim como um questionamento e instrumento contra: o colonialismo, o imperialismo, o capitalismo e a (nova) geopolítica global, que contribuem para a reprodução das colonialidades, mercantilização e financeirização da natureza e dos territórios, por meio de estruturas de governança global existentes, enquadramentos discursivos e soluções exógenas à região (Sultana, 2022). Trata-se, portanto, de uma libertação de práticas e lógicas espoliativas, colonialismos/colonialidades, com o controle sobre corpos e territórios (Wedig; Ramos, 2023).

Ao longo do artigo, houve a oportunidade de descrever e analisar a origem da criação de dois fundos, seus objetivos, os grupos sociais beneficiados e os resultados já alcançados. O fundo socioambiental Barcarena-Abaetetuba ainda não foi concluído e avaliado, mas teve como linha norteadora a emancipação, a participação popular e comunitária, e as lutas por justiça socioambiental de forma contínua (Rodrigues, 2024). Além disso, o fundo busca a defesa territorial e cultural, a ancestralidade, a produção agroecológica, a segurança alimentar e nutricional, o desenvolvimento de tecnologias

¹¹ Entende-se por organização política contra-hegemônica ancorado em Zilio et al. (2012) e Rodrigues (2022): pauta-se nas práticas de resistência aos discursos de gestão dominantes, que buscam contestar e escapar à disciplina da ordem do sistema capitalista, ou seja, uma organização como meio para a efetivação de projetos políticos, a qual pode ser representada por movimentos sociais como sujeitos políticos coletivos (Zilio et al., 2012). Sendo, portanto, métodos de resistência aos discursos dominantes, visando contestar e resistir ao regramento único e universal do sistema capitalista, colonial, patriarcal e racista; empenhado na transformação da realidade, a partir de uma atividade contínua e crítica, com a possibilidade da produção e reprodução da vida, principalmente, dos mais afetados pelo sistema (Rodrigues, 2022).

alternativas, o empoderamento das mulheres e o desenvolvimento comunitário da agricultura familiar.

Outro aspecto importante é o fortalecimento de múltiplas relações e territorialidades específicas, pautadas na ideia do pluriverso, isto é, na coexistência de muitos mundos e cosmologias diversas e interligadas. Isso inclui a negação e o combate à conversão de várias formas de direitos e modos de vida (“bem viver”) de propriedade comum e/ou coletiva em direitos exclusivos de propriedade privada corporativa.

É importante enfatizar que o fundo socioambiental Barcarena-Abaetetuba nasceu dos anseios (e lutas) da sociedade civil e do Ministério Público, discutidos em espaços deliberativos, como audiências públicas. As ações do fundo iniciaram-se por meio de momentos de escuta, buscando compreender as principais demandas do público-alvo, com o objetivo de promover o protagonismo, a defesa dos territórios e a autonomia da sociedade civil e dos povos e comunidades tradicionais.

Já o Fundo Sustentabilidade Hydro surgiu dos intentos da empresa Hydro, com o objetivo de investir cerca de R\$ 100 milhões em Barcarena, sob a suposta narrativa de participação popular e desenvolvimento local. No entanto, o fundo começou com o lançamento de seleção de projetos, com estrutura e temáticas de trabalho predefinidas, cujo processo de gestão e gerência é conduzido pela lógica da própria empresa Hydro. Assim, o Fundo Sustentabilidade Hydro busca implementar uma agenda política socioambiental de empresa verde e responsável, com sensibilidade às causas climáticas e humanas.

Entretanto, a multinacional Hydro já deixou um rastro histórico e recente de poluição, crimes ambientais, racismo ambiental e violações de direitos humanos. Portanto, é incoerente o uso de termos como “compromisso responsável”, “mineração responsável” e “cadeias de suprimentos responsáveis” por parte da Hydro, pois os padrões voluntários de sustentabilidade são insuficientes para garantir uma mineração socioambientalmente responsável (Murguía; Bastida, 2024). A mineração, por si só, não é capaz de proteger, garantir e expandir os direitos fundamentais humanos, os direitos difusos e consuetudinários das comunidades locais, nem de promover autonomia e participação social real e coletiva, como demonstra a história de suas atividades neoextrativistas na América Latina e na África (Svampa, 2020).

Referências

BELANCHE, D.; CASALÓ, L. V.; RUBIO, M. Á. Local place identity: A comparison between residents of rural and urban communities. **Journal of Rural Studies**, v. 82, p. 242-252, 2021.

BIANCHI, I. Empowering policies for grassroots welfare initiatives: Blending social innovation and commons theory. **European Urban and Regional Studies**, v. 30, n. 2, p. 107-120, 2023.

BIGGER, P.; MILLINGTON, N. Getting soaked? Climate crisis, adaptation finance, and racialized austerity. **Environment and Planning E: Nature and Space**, v. 3, n. 3, p. 601-623, 2020.

BNDES. **O que é o fundo Amazônia? Como ele funciona?** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/blogdodesenvolvimento/detalhe/O-que-e-o-Fundo-Amazonia-Como-ele-funciona/>>. Acesso em: 31 ago. 2023.

BRAGA, R. R. P.; MACIEL, T. M. Constituição, meio ambiente e a responsabilidade penal da pessoa jurídica nos crimes ambientais. **Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo**, v. 8, n. 2, p. 23-47, 2022.

BRASIL. **Fundo Nacional do Meio Ambiente**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/aceso-a-informacao/apoio-a-projetos/fundo-nacional-do-meio-ambiente>>. Acesso em: 31 ago. 2023.

BRINGEL, B.; SVAMPA, M. Del «Consenso de los Commodities» al «Consenso de la Descarbonización». **Nueva Sociedad**, n. 306, p. 51-70, 2023.

BRONDIZIO, E. S. et al. Making place-based sustainability initiatives visible in the Brazilian Amazon. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 49, p. 66-78, 2021.

CARDOSO, M.; RODRIGUES, J. C.; SOBREIRO FILHO, J. Territorialização portuária na Amazônia e suas implicações em “territórios tradicionais” no Baixo Tocantins–Abaetetuba–PA. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 20, n. 1, p. 215-237, 2022.

CASTRO, E. R., CARMO, E. D. (Org.) **Dossiê desastres e crimes da mineração em Barcarena, Mariana e Brumadinho**. Belém: NAEA/UFPA, 2019.

COSTA, S. M. G.; HAZEU, M. T. Democracia de base: o direito à consulta prévia nos territórios tradicionalmente ocupados. **Revista Em Pauta**, v. 20, p. 109-124, 2022.

COSTA, S. M. G.; HAZEU, M. T. (Org.). **Destinação de terras e produção das desigualdades sociais na Amazônia: transformações socioterritoriais na região do Baixo Tocantins - PA**. Belém: Paka-Tatu, 2024.

CRUZ, J. N.; HAZEU, M. T. Água em estado vivo: conflito socioambiental e r-existência em torno do rio Dendê, Barcarena, Pará. **Revista de Políticas Públicas da UFMA**, v. 24, p. 28-48, 2020.

DENT, J. R. O. et al. Getting back to that point of balance: Indigenous environmental justice and the California Indian Basketweavers' Association. **Ecology and Society**, v. 28, n. 1, p. 1-14, 2023.

DUNLAP, A. The green economy as counterinsurgency, or the ontological power affirming permanent ecological catastrophe. **Environmental Science & Policy**, v. 139, p. 39-50, 2023.

DUNLAP, A.; SULLIVAN, S. A faultline in neoliberal environmental governance scholarship? Or, why accumulation-by-alienation matters. **Environment and Planning E: Nature and Space**, v. 3, n. 2, p. 552-579, 2020.

DUSH, L. A community of practice design for capacity-building programs: The Chicago Peace Fellows. **Community Development**, v. 54, n. 5, p. 749-766, 2023.

EEROLA, T. The origin, evolution and impacts of the mining-sceptical movement in Finland. **The Extractive Industries and Society**, v. 19, p. 1-13, 2024.

ESCOBAR, A. Territorios de diferencia: la ontología política de los derechos al territorio. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, p. 89-100, 2015.

FARIAS, A.L. A. Impactos e conflitos socioambientais de grandes projetos na Amazônia: até quando Barcarena/PA será uma zona de sacrifício? **INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar**, v. 20, n. 1, p. 1-21, 2023.

FAPESPA - Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. **Radar de Indicadores das Regiões de Integração 2022 - Mapas**. Disponível em: <<https://fapespa.pa.gov.br/sistemas/radar2023/portfolio.html>>. Acesso em: 11 mar. 2025.

FASE. **Fundo Dema: 20 anos de luta em defesa da Justiça Climática e Socioambiental na Amazônia**. Disponível em: <<https://www.fundodema.org.br/fundo-dema-20-anos-de-luta-em-defesa-da-justica-climatica-e-socioambiental/>>. Acesso em: 05 ago. 2023.

FSH - Fundo Sustentabilidade Hydro. **Quem Somos**. Disponível em: <<https://fundosustentabilidadehydro.org/sobre#gsc.tab=0>>. Acesso em: 23 ago. 2024a.

FSH - Fundo Sustentabilidade Hydro. **Fundo de Sustentabilidade Hydro apresenta resultados**. Disponível em: <<https://fundosustentabilidadehydro.org/noticias/fundo-de-sustentabilidade-hydro-apresenta-resultados#gsc.tab=0>>. Acesso em: 23 ago. 2024b.

FSH - Fundo Sustentabilidade Hydro. Disponível em: <<https://fundosustentabilidadehydro.org/inicio#gsc.tab=0>>. Acesso em: 23 ago. 2024c.

FSH - Fundo Sustentabilidade Hydro. **Projetos**. Disponível em: <<https://fundosustentabilidadehydro.org/projetos#gsc.tab=0>>. Acesso em: 23 ago. 2024d.

GARRETT, R. D. et al. Should payments for environmental services be used to implement zero-deforestation supply chain policies? The case of soy in the Brazilian Cerrado. **World Development**, v. 152, p. 105814, 2022.

GELDERLOOS, P.; DUNLAP, A. The poisons are already in here with us: framing for ecological revolutions from below. **Globalizations**, p. 1-18, 2023.

GONÇALVES, J. F.; LASCO, G. Anthropology, Democracy, and Authoritarianism: Reflections from Brazil and the Philippines. **Current Anthropology**, v. 64, n. 1, p. 27-48, 2023.

GONÇALVES, O. D.; RODRIGUES, J. C.; SOBREIRO FILHO, J. Marés das rebeldias em Abetetuba: dos rios da existência à resistência dos territórios na Amazônia paraense, Baixo Tocantins. **Revista Tamoios**, v. 15, n. 1, p. 80-103, 2019.

GYAN, C.; MFOAFO-M'CARTHY, M. Women's participation in community development in rural Ghana: The effects of colonialism, neoliberalism, and patriarchy. **Community Development**, v. 53, n. 3, p. 295-308, 2022.

HAAPANEN, K. A. et al. Stories of self, us, and now: narrative and power for health equity in grassroots community organizing. **Frontiers in Public Health**, v. 11, p. 1144123, 2023.

HASLAM, P.A.; GODFRID, J. The social determinants of CSR practice: Between headquarters policy and local mobilization. **The Extractive Industries and Society**, v. 15, p. 101306, 2023.

HAZEU, M. T. **O não-lugar do outro: sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena**. 2015. 337 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

HAZEU, M. T.; RODRIGUES, J. C. Capitalismo financeirizado e acumulação por despossessão na Amazônia: a mineradora Imerys em Barcarena, Nordeste do Pará. **Revista Científica Foz**, v. 2, n. 1, p. 86-119, 2019.

HAZEU, M. T.; COSTA, S. M. G. **Amazônia em guerra: (re)existência e disputa territorial em Barcarena**. Belém: Paka-Tatu, 2022.

HAZEU, M. T.; COSTA, S. M. G.; FIALHO NASCIMENTO, N. S. Comunidades tradicionais e sindicatos em conflito com estado e capital em Barcarena (PA). **Argumentum (Vitória)**, v. 11, p. 173-187, 2019.

HAZEU, M. T.; COSTA, S. M. G.; FIALHO NASCIMENTO, N. S. Contradições, resistência e lutas sociais frente aos desastres socioambientais da mineração em Barcarena/PA. In: CRUZ, S. H. R. *et al.* (Org.). **Territórios de esperança: a conflitualidade como produtora do futuro**. Belém: UFPA, 2021. p. 181-198. v. 1.

HOMMES, L.; VOS, J.; BOELEN, R. The need to acknowledge, study and engage with new water justice movements. **PLOS Water**, v. 2, n. 5, p. e0000128, 2023.

HORN, C. Brazil's Amazon Fund: A “Green Fix” between Offset Pressures and Deforestation Crisis. **Antipode**, v.1, p. 1-25, 2023.

HYDRO. **Fundo de Sustentabilidade Hydro divulga lista de projetos selecionados**. Disponível em: <<https://www.hydro.com.br/global/imprensa/noticias/2020/fundo-de-sustentabilidade-hydro-divulga-lista-de-projetos-selecionados/>>. Acesso em: 23 ago. 2024.

KAMRA, L.; WILLIAMS, P.; JOHAR, P. Grassroots authoritarianism: WhatsApp, middle-class boundary-making and pandemic governance in New Delhi's neighbourhoods. **Territory, Politics, Governance**, p. 1-20, 2023.

KISH, Z.; FAIRBAIRN, M. Investing for profit, investing for impact: Moral performances in agricultural investment projects. **Environment and Planning A: Economy and Space**, v. 50, n. 3, p. 569-588, 2018.

KOWSZYK, Y.; VANCLAY, F.; MAHER, R. Conflict management in the extractive industries: A comparison of four mining projects in Latin America. **The Extractive Industries and Society**, v. 13, p. 101161, 2023.

LAMAS, I. A. Governance gap? Vale's corporate action and socioenvironmental conflicts in an international perspective. **The Extractive Industries and Society**, v. 13, p. 101172, 2023.

LONDRES, M. et al. Place-based solutions for global social-ecological dilemmas: An analysis of locally grounded, diversified, and cross-scalar initiatives in the Amazon. **Global Environmental Change**, v. 82, p. 102718, 2023.

MAIA, R. O. M. **Territorialidades específicas em Barcarena confrontadas com projetos de "desenvolvimento"**. 2017. 321 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

MAILLÉ, M.-È.; BABA, S.; MARCOTTE, G. Social license to operate: Social acceptance in the Quebec context. **The Extractive Industries and Society**, v. 15, p. 101269, 2023.

MARIN, R. A.; MAIA, R. O. M. Gênero nas ações e resistências ao modelo de desenvolvimento imposto em Barcarena, Pará. **Cadernos PAGU**, v. 52, p. 1-39, 2018.

MENDES MOTTA, F.; HAUBER, G. Anti-environmentalism and proto-authoritarian populism in Brazil: Bolsonaro and the defence of global agri-business. **Environmental Politics**, v. 32, n. 4, p. 642-662, 2023.

MURGUÍA, D. I.; BASTIDA, A. E. The elephant in the mine: Why voluntary sustainability standards are insufficient to ensure responsible mining. **The Extractive Industries and Society**, v. 19, p. 101485, 2024.

NEVILLE, K. J.; MARTIN, S. J. Slow justice: A framework for tracing diffusion and legacies of resistance. **Social Movement Studies**, v. 22, n. 2, p. 190-210, 2023.

NOVOSELOV, A. et al. Compensation fund as a tool for sustainable development of the Arctic indigenous communities. **Polar Science**, v. 28, p. 100609, 2021.

PODALI. **Rede de Fundos Comunitários Amazônicos integra os mecanismos ideais para que os povos indígenas e comunidades tradicionais sejam protagonistas no combate a crise climática**. Disponível em: <<https://fundopodaali.org.br/rede-de-fundos-comunitarios-amazonicos-integra-os-mecanismos-ideais-para-que-os-povos-indigenas-e-comunidades-tradicionais-sejam-protagonistas-no-combate-a-crise-climatica/>>. Acesso em: 04 ago. 2023.

QIN, Y. Grassroots governance and social development: theoretical and comparative legal

aspects. **Humanities and Social Sciences Communications**, v. 10, n. 1, p. 1-9, 2023.

REYNOLDS, D.; CIPLET, D. Transforming socially responsible investment: lessons from environmental justice. **Journal of Business Ethics**, v. 183, n. 1, p. 53-69, 2023.

RJALIÈS, D.-L.; GIBASSIER, D. Can financialization save nature? The case of endangered species. **Contemporary Accounting Research**, v. 40, n. 1, p. 488-525, 2023.

RODRIGUES, B. S. Geopolítica decoloniallatino-americana no sistema internacional: as experiências contra-hegemônicas no século XXI. **Revista da Universidade Federal do Rio de Janeiro**, v. 2, n. 1, p. 149-168, 2022.

RODRIGUES, J. C. A Amazônia sob novas encruzilhadas? - Uma reflexão crítica sobre as novas colonialidades face à emergência climática. **Papers do NAEA**, v.1, n. 577, p. 1-33, 2024.

RODRIGUES, J. C. Conflitos territoriais na Amazônia Oriental, Oeste do Estado do Pará: duas situações distintas, mas a mesma lógica imperativa. **Cerrados**, v. 18, n. 2, p. 474-511, 2020.

RODRIGUES, J. C.; HAZEU, M. T. Projetos de infraestrutura, desastres e indicativos para novos desastres em Barcarena, Pará, Brasil. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 9, p. 818-838, 2019.

RODRIGUES, J. C.; HAZEU, M. T.; NASCIMENTO, S. M. Como se produz desastres? O processo de licenciamento da barragem de rejeitos da Hydro Alunorte em Barcarena, Pará. **Nucleus (Ituverava)**, v. 16, p. 151-170, 2019.

RODRIGUES, J. C.; LIMA, R. A. P. Grandes projetos de infraestrutura na Amazônia: imaginário, colonialidade e resistências. **Revista NERA**, n. 51, p. 89-116, 2020.

RODRIGUES, J. C.; HAZEU, M. T.; NASCIMENTO, S. M. Como se produz desastres? O processo de licenciamento da barragem de rejeitos da Hydro Alunorte em Barcarena, Pará. **Nucleus (Ituverava)**, v. 16, p. 151-170, 2019.

SMESSAERT, J.; MISSEMER, A.; LEVREL, H. The commodification of nature, a review in social sciences. **Ecological Economics**, v. 172, p. 106624, 2020.

SØNDERGAARD, N. Between Markets and Barracks: The Economic Policy Narrative of Brazilian Authoritarianism. **Latin American Perspectives**, v. 50, n. 1, p. 64-79, 2023.

SOUZA, F. E. S.; RODRIGUES, J. C. A resistência de bromélias e vitórias-régias: narrativas femininas frente à mineração. **InterEspaço: revista de geografia e interdisciplinaridade**, v. 5, n. 16, p. 1-26, 2019.

SOUZA, J. C. S. **Crimes ambientais e fundos de compensação socioambiental em Barcarena (Amazônia Paraense)**: uma comparação entre fundos empresariais e não governamentais. 2023. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

SULTANA, F. The unbearable heaviness of climate coloniality. **Political Geography**, v. 99, p. 102638, 2022.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências.** São Paulo: Editora Elefante, 2020.

WEDIG, J. C.; RAMOS, J. D. D. Colonialismo, plantation e Antropoceno: o controle sobre corpos e territórios. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 86, p. 16-30, 2023.

ZANJANI, L. V. *et al.* Territories of life as key to global environmental sustainability. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 63, p. 101298, 2023.

ZHOU, Z.; CHUNG, C. K. L.; XU, J. Geographies of green industries: the interplay of firms, technologies, and the environment. **Progress in Human Geography**, p. 03091325231188377, 2023.

ZILIO, L. B. *et al.* Organizações contra-hegemônicas e a possibilidade de redescoberta da política na modernidade: uma contribuição a partir do pensamento de Hannah Arendt. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 10, p. 789-803, 2012.

Como citar:

ABNT

SOUZA, J. C. S. de; HAZEU, M. T.; RODRIGUES, J. C. Produzindo soberanias ou povos colonizados na Amazônia? Fundos socioambientais em Barcarena-Abaetetuba, Pará, Brasil. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 10, n. 01, e 25118, 2024. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e25118>>. Acesso em: 25 mar. 2025.

APA

Souza, J. C. S. de, Hazeu, M. T., & Rodrigues, J. C. Produzindo soberanias ou povos colonizados na Amazônia? Fundos socioambientais em Barcarena-Abaetetuba, Pará, Brasil. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 10, n. 01, e25118, 2024. Recuperado em 24 março, 2025, de <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e25118>



This is an open access article under the CC BY Creative Commons 4.0 license.
Copyright © 2025, Universidade Federal do Maranhão.

